

SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA SOBRE OS CONHECIMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS FINANCEIRAS DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

Indago Pesquisas e Marketing
Brasília, fevereiro de 2010 a novembro de 2011

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Sumário Executivo

PESQUISA SOBRE OS CONHECIMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS FINANCEIRAS DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

1. Apresentação

Este Sumário Executivo apresenta de forma sintética os principais resultados da Estratégia de Pesquisa sobre os conhecimentos, atitudes e práticas financeiras das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, realizada de forma direta e no âmbito da Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Projeto BRA/04/028 – PNUD/MDS) entre os meses de (fevereiro de 2010 a novembro 2011), sob orientação do DA/SAGI/MDS e do DEBEN/SENARC/MDS e executada em diversas etapas de forma direta pelo MDS.

A estratégia foi constituída por um estudo qualitativo inicial realizado pela consultora Juliana Estrella Valadares, pela coleta de dados quantitativa, sob responsabilidade da Indago Pesquisas e Marketing, e pela análise dos resultados, que ficou sob a incumbência da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, por meio do Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.

A pesquisa teve por objetivo último subsidiar o delineamento de fundamentos e diretrizes que orientem uma política pública de educação financeira para o governo federal. Para a realização desse delineamento, operou-se a triangulação de três grupos de informação: (i) as características e a evolução recente do mercado financeiro para populações de baixa renda no país; (ii) o mapeamento de práticas de educação financeira relevantes junto a atores institucionais que atuam na área, tanto em âmbito nacional quanto internacional; e (iii) a análise das expectativas e práticas financeiras reais do público-alvo dessa política pública, que será o ponto focal do presente documento.

No que se refere ao primeiro grupo de informações, cabe citar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Caixa Econômica Federal (CEF), agente operador da folha de pagamento dos benefícios mensais do Programa Bolsa Família (PBF), lançaram, em outubro de 2009¹, o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do PBF.

1 A data corresponde ao lançamento oficial do Projeto de Inclusão Bancária, que já estava, contudo, sendo implementado, em estágio piloto, desde março de 2008, na cidade de Belo Horizonte/MG.

Por meio da iniciativa, os beneficiários têm sido encorajados a abrir contas bancárias simplificadas na CEF (Conta “Caixa Fácil”). Além de poder receber o benefício mensal do programa sob a forma de créditos transferidos para as contas, os beneficiários podem ter acesso a diversos serviços e produtos financeiros, com os quais a maioria não está habituada a lidar.

Dada essa realidade, a promoção do uso responsável dos serviços e produtos disponibilizados por meio da abertura das contas incorporou-se à agenda do MDS, que estuda a possibilidade de implementar, em âmbito nacional, uma série de ações de educação financeira voltadas para as famílias de baixa renda – assim consideradas as famílias que atendem aos requisitos para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único)².

Desde que incorporou esta agenda, o MDS tem buscado o apoio de parceiros com experiência nos campos da educação e inserção financeira, dentro e fora do governo, no país e no exterior, que possam auxiliá-lo a conceber e a executar tais ações. A primeira iniciativa do Ministério nesse sentido foi se aproximar do grupo encarregado da proposição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)³, que reúne representantes do sistema financeiro nacional, de diversos ministérios e da sociedade civil.

O contato com esses e outros atores, somado ao levantamento da literatura sobre inserção e educação financeira, levou os gestores do MDS a constatar a escassez de estudos com foco em públicos semelhantes – quanto ao nível de renda, escolaridade, entre outros aspectos – aos beneficiários do PBF e demais inscritos no Cadastro Único. Para suprir tal lacuna, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) decidiram levantar dados primários e informações que possam servir de subsídios ao desenvolvimento das ações de educação financeira para as famílias de baixa renda. Considerando a complexidade do tema a ausência de informações sobre o público, optou-se por conjugar distintas metodologias de investigação e distintas formas de contratação a fim de garantir a qualidade das informações coletadas.

O presente sumário apresenta a metodologia e os resultados alcançados pela pesquisa. Buscando refletir a integralidade da estratégia de investigação empregada, o documento dedica-se a todas as etapas percorridas. Para facilitar a compreensão de cada etapa, as mesmas são apresentadas em subseções específicas.

2 Nesta base de dados são registradas famílias com renda mensal de até meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos no total. Famílias com renda superior aos limites mencionados podem ser inseridas na base, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas e serviços socioassistenciais.

3 A ENEF foi instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

2. Metodologia

A estratégia de pesquisa sobre os conhecimentos, atitudes e práticas das famílias inscritas no Cadastro Único, em relação às suas finanças, aos seus orçamentos familiares e ao seu relacionamento com o sistema financeiro formal e informal envolveu diferentes ações e sucessivos processos de contratação, referentes a objetos metodologicamente distintos, conforme descrito abaixo:

2.1 Oficina

Realização de oficina, nas dependências do MDS, reunindo especialistas reconhecidos na temática da educação e inserção financeira no Brasil, a fim de discutir conceitos e elaborar roteiro para a realização de grupos focais sobre o conhecimento, atitudes e práticas financeiras da população cadastrada.

2.2 Grupos focais:

Realização pela equipe da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) de grupos focais com pessoas inscritas no Cadastro Único.

Os grupos focais foram realizados em cinco municípios (Quadro I), distribuídos nas cinco grandes regiões do país, entre os dias 20 de abril e 10 de maio de 2010. A escolha dos municípios considerou o porte populacional dos municípios, sua dinâmica econômica e a facilidade de acesso a eles. Nos casos dos municípios de menor porte, evitou-se ainda a inclusão daqueles que estivessem conurbados a um centro metropolitano, uma vez que nesses casos a população dos municípios de pequeno porte pode ter acesso facilitado a bens e serviços financeiros. Assim, definiu-se pela realização dos grupos focais em municípios distribuídos geograficamente da seguinte forma segundo a classificação de portes municipais adotada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004)⁴:

Quadro I: Porte e Região dos municípios de realização dos grupos focais

Município	Porte	Região
Alto do Rodrigues	Pequeno porte I	Nordeste
Curuçá	Pequeno porte II	Norte
Catalão	Médio porte	Centro Oeste

4 BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. “municípios pequenos 1 : com população até 20.000 habitantes; municípios pequenos 2 : com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes; municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes; metrópoles: com população superior a 900.000 habitantes”. (p.11)

Pinhais	Grande porte	Sul
Campinas	Metrópole	Sudeste

2.3 Sistematização e elaboração de questionários:

Sistematização e análise pela consultora Juliana Estrella Valadares, contratada no âmbito de cooperação técnica firmada entre o MDS e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Projeto PNUD BRA/04/046, contrato nº 2010/000310, com vigência entre maio de 2010 e fevereiro de 2011 –, de relatórios técnicos produzidos pela equipe do DAM/SAGI/MDS a partir de grupos focais. Elaboração e acompanhamento do pré-teste dos instrumentos de coleta de dados para a pesquisa nacional.

Foram construídos dois questionários, um para ser aplicado ao responsável familiar, conforme identificado no Cadastro Único e outro para seu cônjuge. O questionário do cônjuge foi composto em parte de questões aplicadas ao responsável, para permitir a comparação entre as respostas. O questionário construído conta com as seguintes seções:

- a) dados do respondente;
- b) dados do domicílio (apenas para o responsável familiar);
- c) composição e administração do orçamento familiar;
- d) planejamento e decisões financeiras;
- e) acesso ao sistema financeiro e uso de serviços e produtos financeiros;
- f) educação financeira; e,
- g) um bloco de questões específicas para as famílias beneficiárias do PBF.

2.4 Realização da Pesquisa de Campo

Contratação, por meio de pregão eletrônico, da coleta de dados quantitativos, por meio de entrevistas domiciliares, sobre os conhecimentos, atitudes e práticas das famílias inscritas no Cadastro Único em relação às suas finanças, aos seus orçamentos familiares e ao seu relacionamento com o sistema financeiro formal e informal. A Indago Pesquisas e Marketing, contratada por processo licitatório, realizou a pesquisa entre janeiro e julho de 2011.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas domiciliares com os responsáveis por unidades familiares e seus cônjuges, quando residiam no mesmo domicílio do responsável legal, de famílias cadastradas no Cadastro Único. A amostra foi selecionada de forma estratificada, em dois estágios, considerando-se como unidades primárias de amostragem os municípios e como unidades elementares as famílias. Os municípios foram previamente selecionados pela SAGI/MDS utilizando-se amostragem proporcional ao tamanho, definido a partir do número de famílias cadastradas no Cadastro Único no mês de janeiro de 2010.

No total, foram visitados 30.814 domicílios distribuídos entre 265 municípios, tendo sido realizadas entrevistas com os responsáveis familiares em 8.827 destes. Dos domicílios visitados, foi identificada a presença de cônjuge em 5.578 deles, tendo sido entrevistados efetivamente 4.017 (72%).

Em situações onde o responsável e/ou o cônjuge não se encontravam em casa no momento da visita, houve retorno ao domicílio sorteado por duas vezes, em até dois dias. Quando o responsável recusou a entrevista ou não foi localizado, iniciou-se o procedimento de substituição do domicílio. Após a entrevista do responsável, quando havia cônjuge no domicílio, este foi entrevistado de maneira isolada para garantir uma melhor qualidade dos dados coletados.

2.5 Elaboração de proposta de educação financeira

Elaboração de proposta de estratégias político-pedagógicas voltadas à educação financeira para as famílias de baixa renda do país, com base nos resultados da pesquisa nacional e em outras fontes de dados. A proposta foi realizada pelo Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, contratado por processo licitatório.

3. Resultados

3.1 Oficina

A oficina teve como objetivo principal a elaboração de um roteiro para os grupos focais a serem realizados com representantes das famílias cadastradas no Cadastro Único. Ela aconteceu no dia 06 de abril de 2010, com a presença de pesquisadores especialistas na temática, além de representantes do MDS (SAGI, SENARC e a então Secretaria de Articulação e Inclusão Produtiva – SAIP⁵). Os principais pontos discutidos e acordados foram a necessidade de se compreender a racionalidade por trás das ações financeiras destas famílias, não sendo possível determinar previamente o que é “racional” e o que é “irracional” em relação ao comportamento financeiro das famílias. A intenção da pesquisa deveria ser a de

5 A SAIP foi reestruturada e substituída, em 2010, pela Secretaria Extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza (SESEP)

identificar estas lógicas: o que as pessoas fazem em relação às suas finanças e por que elas fazem o que fazem? Neste sentido, o arcabouço teórico e metodológico que deveria embasar a pesquisa, em todas as suas etapas, deveria ser sensível às práticas informais e não capitalistas/monetárias para fugir das tendências normativas (que definem previamente o que é “certo” ou “errado”).

Também foram definidos os grandes eixos a serem investigados em todas as etapas da pesquisa e, principalmente, durante os grupos focais – de forma que fosse possível levantar subsídios suficientes durante esta etapa para a construção dos questionários –, quais sejam: i) composição do orçamento familiar; ii) administração do orçamento familiar; iii) planejamento do futuro; iv) tomada de decisões; e v) busca de aconselhamento.

3.2. Grupos focais

Os principais aspectos abordados pelos participantes dos grupos focais relacionados aos conhecimentos, atitudes e práticas financeiras podem ser sintetizados nos seguintes achados de pesquisa:

- A renda dessas famílias é marcada pela precarização e sazonalidade, compondo-se predominantemente de transferências governamentais, trabalhos irregulares (bicos), auxílio de familiares e escambo;
- O recurso pago pelo Programa Bolsa Família é percebido como um importante colateral positivo – a regularidade do pagamento possibilita às famílias o planejamento de seus gastos e a utilização de seus recursos em compras parceladas;
- Entre as aspirações de consumo, destacam-se bens de consumo duráveis (móvel, linha branca, computador); reforma, ampliação e aquisição da casa própria; e o pagamento de faculdade para os filhos;
- Ainda assim, o nível de aspiração de consumo é baixo, dificultando o endividamento excessivo;
- A inadimplência decorre muito mais da precariedade e insuficiência de renda que do descontrole financeiro das famílias;
- Os participantes dos grupos possuem clareza quanto ao custo do dinheiro e sabem, inclusive, diferenciar o custo de um empréstimo bancário se comparado a um empréstimo com familiar e/ou amigo e uma compra parcelada com cartão de loja ou cartão de crédito;

- Entretanto, é também evidenciado que não possuem conhecimento para operacionalizar os cálculos que lhes permitam saber o quanto pagam de juros e como podem reduzir esse gasto intercambiando diferentes produtos financeiros;
- Os parentes mais próximos são percebidos como o principal locus de educação financeira e fonte de empréstimos; instituições financeiras não são encaradas como fonte de aconselhamento ou espaço preferencial para obtenção de crédito;
- Os participantes têm receio de abrir conta bancária e desconhecem suas funcionalidades; já os seguros e cartões de loja não foram percebidos como produtos de risco;
- Os correspondentes bancários são, em geral, mais acessados do que os bancos, pela facilidade de acesso (proximidade do local onde moram) e pela simplicidade das operações financeiras (diretamente no caixa).

3.3. Resultados da Pesquisa de Campo

No que se refere ao perfil dos respondentes, 92% dos responsáveis entrevistados são mulheres e 64% são casados. A média de idade é de 39 anos, e o nível de escolaridade é baixo, como demonstrado na tabela 2 abaixo. Mais da metade (56%) dos responsáveis não trabalhavam; dos que trabalhavam, a maioria era formada por trabalhadores autônomos (52%) e trabalhava no setor de serviços (55%). Quase a metade morava no Nordeste (46%) e/ou em áreas rurais (47%).

Com relação aos hábitos de planejamento financeiro, a pesquisa demonstrou que quase a metade (47,3%) leva em conta apenas o valor da parcela na decisão de comprar a prazo, sendo que 31,1% só compram à vista e não mais do que 16,5% dos entrevistados leva em conta os juros embutidos. Por outro lado, há grande interesse em cursos que ensinem elementos básicos de gestão financeira relacionados ao uso de cartão de crédito (60,5% dos entrevistados demonstraram interesse), a como poupar dinheiro (78,4%), a como e onde fazer empréstimos (56%), a como negociar dívidas (68,2%) e a quando se deve comprar à vista ou à prazo (70,2%). Observa-se, assim, uma conjuntura na qual a prática de gastos inadequada – explicada, ao menos em parte, pelo desconhecimento das competências matemático-financeiras necessárias à melhora dessa prática – se conjuga um grande interesse em adquirir tais competências. Fica claro, portanto, tanto a necessidade quanto a oportunidade de programarem-se políticas públicas de educação financeira para este público.

No que se refere aos hábitos de poupança, a grande maioria (71,7%) dos entrevistados indicam que nunca sobra dinheiro no orçamento familiar. Quando há alguma sobra, a principal medida tomada pelos entrevistados é comprar alimentos e itens de vestuário, indicando assim que boa parte da “sobra” é, de fato, utilizada para suprir necessidades básicas reprimidas em períodos anteriores. Essa interpretação é reforçada pelos 6,1% de respondentes, entre aqueles que

conseguem por vezes economizar parte do seu orçamento, que indicam utilizar o dinheiro extra para o pagamento de prestações. Apenas 14,2% dos respondentes (50% dos que economizam) indicaram guardar algum dinheiro para gastos futuros. Assim, é seguro afirmar que mesmo entre aqueles que obtêm sucesso em realizar economias – ainda que eventualmente – a natureza dos gastos planejados e realizados com essas economias é bastante diverso do padrão observado entre as faixas de renda mais habituadas a utilizarem-se do mercado financeiro via instituições bancárias.

Embora 88% considere importante guardar dinheiro, não mais do que 10% possui dinheiro guardado em banco/caderneta de poupança, sendo que 3,8% guarda dinheiro em casa.

Por sua vez, 41% da amostra já teve seu nome incluído no Serasa ou no Serviço de Proteção ao Crédito, sendo que 26% ainda se encontram nessa situação. É relevante notar que o número que indica ter tido problemas com o pagamento de dívidas é praticamente igual ao dos que afirmam já ter tomado empréstimo (42%). A proporção dos empréstimos que são contraídos para o pagamento de dívidas pessoais e familiares (20,5%) ou para quitar contas da casa (9,2%) indica que, para boa parte daqueles que recorrem aos empréstimos, o mesmo não se configura propriamente como a obtenção de crédito para a compra antecipada de bens “supérfluos” tal qual ocorre entre classes de renda mais elevadas.

Em conjunto com a informação levantada pela pesquisa de que mais de 5% dos empréstimos foram realizados para pagamento de tratamentos de saúde, enquanto 4% tiveram como objetivo a compra de alimentos, compõe-se um quadro onde a natureza volátil da baixa renda auferida pelas famílias cadastradas no Cadastro Único gera situações de “aperto” financeiro onde se faz necessário tomar empréstimos para a quitação de contas e o suprimento de necessidades básicas quando do surgimento de algum imprevisto. Esse é um forte motivador para que essas famílias tenham também, quando possível, estratégias de poupança – que são intimamente ligadas por um ciclo gerado pela precariedade e volatilidade de renda às estratégias de endividamento e à necessidade de proteger-se contra os efeitos deletérios de imprevistos gerados por problemas de saúde e/ou pelo desemprego.

A pesquisa quantitativa corroborou os indícios observados nos grupos focais de que o acesso a instituições, produtos e serviços financeiros por parte desse público é bastante baixo. Com relação à abertura de contas correntes, 55,9% dos entrevistados indicam como principal razão para não acessar esse produto a exigência de depósito mínimo ou o valor das tarifas bancárias, enquanto 18,7% afirmam simplesmente não precisar de conta bancária. No que se refere à aquisição de seguros observa-se o mesmo padrão de racionalidade econômica: 42% indicam achar os seguros muito caros ou afirmam não ter dinheiro para adquiri-los, ao que se soma 36,5% que afirmam não ter interesse ou não ter sequer pensado no assunto. De forma congruente, apenas 4,8% dos entrevistados utilizavam agências bancárias para o pagamento de contas, enquanto 58,1% preferiam as lotéricas e 31,4% se serviam de estabelecimentos comerciais. A demora nas filas (38,1%) e

a distância (18,3%) foram as razões mais citadas para o descarte dos bancos para o pagamento de contas, mas cabe notar que 10,5% indicam simplesmente não precisar do serviço e 5,7% afirmam não existir agência bancária na sua cidade. Ainda, apenas 14,4% dos beneficiários do Bolsa Família afirmaram sacar o benefício em conta bancária (cartão Caixa Fácil).

Com efeito, uma análise de frequências simples estabelece um cenário pouco convidativo à inclusão financeira do público-alvo da pesquisa, dada a própria precariedade da renda auferida por essas famílias. Ainda assim, observa-se oportunidades condicionadas à educação financeira dos indivíduos beneficiários do Bolsa Família e outros programas sociais, em especial no que toca ao cálculo de juros, à renegociação de dívidas e ao uso de crediários ofertados por estabelecimentos comerciais varejistas.

A partir de uma análise realizada pela Cedeplar/UFMG foi possível a transformação de variáveis categóricas em binárias e da agregação de diversas variáveis para o estabelecimento de índices de: (i) planejamento financeiro; (ii) educação financeira/percepção do bem estar financeiro; (iii) hábitos de gastos e poupança; (iv) capacidade pagamento e renegociação de dívidas; (v) tipo de endividamento; (vi) acesso a instituições, produtos e serviços financeiros; (vii) seguros e microsseguros; e (viii) uso do cartão do Bolsa Família.

Com base nesses índices sintetizados na tabela 1, corrobora-se a análise de frequências, observando-se que o planejamento financeiro, o interesse em educação financeira e a percepção da importância de guardar dinheiro são indicadores com altas médias. Por outro lado, o contrário ocorre no que se refere ao grau de bancarização, à capacidade de poupança e à importância dada aos juros de crediários.

Tabela 1: Médias e desvios-padrão dos índices de educação financeira

Índice criado	Média	Desvio-padrão
Índice 1.1: Planejamento financeiro	0,67	0,31
Índice 1.2: Interesse em Educação Financeira/ Percepção do Bem Estar Financeiro	0,69	0,37
Índice 2: Hábitos de Gastos e Poupança	0,35	0,21
Índice 3.1: Capacidade de Pagamento/Renegociação de Dívidas	0,73	0,34
Índice 3.2: Tipo de Endividamento (Uso do crédito)	0,45	0,22
Índice 4: Acesso a Instituições, Produtos e Serviços Financeiros (Inclusão Financeira)	0,23	0,10
Índice 5: Seguros e Microseguros	0,05	0,13
Índice 6: Uso do Cartão do Bolsa Família	0,52	0,23

Obs: Os índices variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 “melhor” o índice.

Fonte: Pesquisa sobre Educação e Inclusão Financeira (elaboração Cedeplar/UFMG)

Entretanto, uma análise desagregada dos dados da pesquisa permitiu a criação de seis clusters diferenciando diversos perfis de comportamento financeiro. As variações nas médias apresentadas acima uma vez analisados os seis clusters criados, bem como a frequência de cada cluster no conjunto da amostra consta na tabela 2:

Tabela 2: Média dos índices por Cluster

		Índice_1	Índice_1_2	Índice_2	Índice_3	Índice_3_1	Índice_4	Índice_5	Índice_6
Cluster	Frequência (%)	Planejamento financeiro	Interesse em Planejamento Financeiro/ Percepção do Bem Estar Financeiro	Hábitos de Gastos e Poupança	Capacidade de Pagamento/ renegociação	Tipo de Endividamento (Uso do crédito)	Acesso a Instituições, Produtos e Serviços Financeiros (Inclusão Financeira)	Seguros e Microseguros	Uso do Cartão do Bolsa Família
1	9.82%	0.717	0.855	0.412	0.000	0.376	0.281	0.096	0.515
2	11.35%	0.216	0.687	0.325	0.915	0.482	0.217	0.033	0.523
3	18.02%	0.700	0.144	0.200	0.866	0.454	0.194	0.008	0.542
4	27.07%	0.727	0.954	0.339	1.000	0.473	0.219	0.037	0.531
5	25.08%	0.727	0.903	0.374	0.500	0.429	0.244	0.053	0.530
6	8.66%	0.760	0.179	0.585	0.840	0.486	0.238	0.090	0.455
Média	100	0.666	0.688	0.350	0.729	0.451	0.228	0.046	0.524

Fonte: Pesquisa sobre Educação e Inclusão Financeira (elaboração Cedeplar/UFMG)

Em síntese, o *cluster 1* é composto por famílias com alto interesse em planejamento financeiro, baixa qualidade endividamento e bom acesso a instituições financeiras; ele é formado prioritariamente por famílias cujos responsáveis são mais escolarizados, mais jovens, com maior renda e emprego formal, habitantes do Sudeste e do Sul urbanos.

O *cluster 2* é composto por famílias com baixo grau de planejamento financeiro e alta capacidade pagamento de dívidas; ele é formado majoritariamente por responsáveis de média escolaridade e faixa etária, com menor renda, habitantes do Nordeste e do Centro-Oeste rural. O *cluster 3* é formado por famílias com baixo interesse, baixo grau de poupança, baixo acesso a instituições financeiras e altos gastos; é formado por responsáveis menos escolarizados, mais velhos, com menores taxas de ocupação e formalização do trabalho, menor renda, habitantes do Nordeste e Norte rurais.

Os *clusters* 4 e 5 representam, somados, 52% da amostra. Em ambos observa-se um alto grau de planejamento financeiro e interesse em educação financeira. No que se refere ao *cluster* 4, ele é formado por famílias com alta capacidade de pagamento de dívidas, cujos responsáveis possuem tipicamente níveis médios de escolaridade, idade, ocupação e renda; são, em geral, habitantes do Norte e do Nordeste rurais.

Quanto ao *cluster* 5, as famílias que o compõem tipicamente apresentam baixa capacidade de pagamento de dívidas e bom acesso a produtos e instituições financeiras; ele é composto por responsáveis mais escolarizados, jovens, com ocupação formal e renda média, habitantes do Sudeste e do Sul urbanos. Por fim, o *cluster* 6 é formado por famílias com bom grau de planejamento financeiro, boa capacidade de poupança e de pagamento de dívidas e que apresentam baixo interesse em educação financeira. Esse *cluster*, que representa não mais do que 8,7% da amostra, é formado por famílias cujos responsáveis são mais velhos, possuem média escolaridade e alta renda; são tipicamente habitantes do Sul urbano.

4. Considerações Finais

A análise em conjunto das diversas etapas da Pesquisa sobre os conhecimentos, atitudes e práticas financeiras das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais permite elaborar um mapa bastante detalhado das práticas e das percepções dessas famílias no que se refere ao mundo da economia financeira, da poupança, do acesso ao crédito e às instituições bancárias. De forma geral, o valor do planejamento financeiro, o interesse em educação financeira e a percepção da importância de guardar dinheiro são indicadores com altas taxas de suporte entre os entrevistados. Por outro lado, os indicadores relacionados ao grau de bancarização, à capacidade de poupança e à importância dada aos juros de crediários se mostram bastante abaixo do que se consideraria ideal.

Particularmente relevante é observar como tais práticas e percepções são fortemente dependentes das condições socioeconômicas, geracionais e geográficas que compõem o quadro sob o qual esses indivíduos estabelecem contato com a economia monetária moderna. Como indica a análise de *clusters*, enquanto no meio rural e em locais menos impactados pelas redes de produção e circulação de mercadorias e serviços que impulsionam a economia brasileira os níveis de escolaridade, conhecimento financeiro e acesso ao mercado de bens financeiros, o oposto tende a ocorrer nos grandes centros urbanos.

Um importante achado da pesquisa qualitativa é que o recurso pago pelo Programa Bolsa Família é percebido como um colateral positivo, garantindo a seus beneficiários maior crédito junto ao mercado. De acordo com recente

pesquisa qualitativa de grande porte junto a beneficiários do Bolsa Família⁶, esse pequeno crédito financeiro representa para os indivíduos afetados um ganho de respeitabilidade e reconhecimento não apenas econômico, mas também social, caracterizando assim um aspecto potencial dos programas de transferência de renda do governo federal pouco ressaltado: sua capacidade de fomentar uma inclusão cidadã autônoma por parte de largas massas da população nacional.

São as redes de socialização primária (parentes próximos) que são percebidos como o principal lócus de educação financeira e fonte de empréstimos por parte dos entrevistados; instituições financeiras não são encaradas como fonte de aconselhamento ou espaço preferencial para obtenção de crédito.

Cabe considerar também que mesmo entre aqueles que obtêm sucesso em realizar economias – ainda que eventualmente – a natureza dos gastos planejados e realizados com essas economias é bastante diverso do padrão observado entre as faixas de renda mais habituadas a utilizarem-se do mercado financeiro via instituições bancárias. Com efeito, a natureza volátil da baixa renda auferida pelas famílias cadastradas no Cadastro Único gera situações de “aperto” financeiro onde se faz necessário tomar empréstimos para a quitação de contas e o suprimento de necessidades básicas quando do surgimento de algum imprevisto. Esse é um forte motivador para que essas famílias tenham também, quando possível, estratégias de poupança - que são intimamente ligadas por um ciclo gerado pela precariedade e volatilidade de renda às estratégias de endividamento e à necessidade de proteger-se contra os efeitos deletérios de imprevistos gerados por problemas de saúde e/ou desemprego.

Por fim, os resultados da pesquisa apontam um cenário pouco convidativo à inclusão financeira desse público, dada a própria precariedade da renda auferida por essas famílias. Ainda assim, observa-se oportunidades condicionadas à educação financeira dos indivíduos beneficiários do Bolsa Família e outros programas sociais, em especial no que toca ao cálculo de juros, à renegociação de dívidas e ao uso de crediários ofertados por estabelecimentos comerciais varejistas. Fica patente, portanto, tanto a existência de uma demanda reprimida quanto a de um problema social a ser equacionado por meio da implementação de políticas públicas de educação financeira voltada aos pobres.

6 LEÃO REGO, Walkiria; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: dinheiro, autonomia e cidadania (no prelo).

Ficha Técnica

Pesquisadores – grupos focais

Danilo Mota Vieira

Júlio César Borges

Fernando Simões de Carvalho Chagas

Marina Pereira Novo

Consultora – instrumentos

Juliana Estrella Valadares

Instituição Executora – coleta de dados

Indago Pesquisas e Marketing

Equipe responsável – coleta de dados

José Paulo Martins (coordenador)

Rosana Rodrigues (coordenadora)

Maria da Conceição Gomes dos Santos

Instituição Executora – análise dos dados

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP)

Equipe responsável – análise dos dados

Marco Aurélio Crocco Afonso (coordenador)

Ana Maria Hermeto Camillo de Oliveira

Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

Fabiana Borges Teixeira dos Santos

Frederico Gonzaga Jayme Junior

Gabriel Pieter Davel

Gary Dymski

Anderson Tadeu Marques Cavalcante

Anne Caroline Costa Resende

Fernando Batista Pereira

Gustavo Figueiredo Campolina Diniz

Mara Cristina Nogueira Teixeira

Sibelle Cornélio Diniz

Tonyedson Pereira Lana

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Diretora de Avaliação

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Coordenadora Geral de Resultados e de Impacto

Renata Mirandola Bichir

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Fernando Batista Pereira
Fernando Simões de Carvalho Chagas
Marina Pereira Novo

Secretário Nacional de Renda e Cidadania

Luís Henrique da Silva de Paiva

Diretor do Departamento de Benefícios

Walter Shigueru Emura

Coordenador-Geral de Logística de Pagamentos de Benefícios

Gustavo Camilo Baptista

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Lorena Pimenta de Andrada
Lívia Castelo Branco Marcos Milanez

Edição e Diagramação deste Sumário Executivo

Revisão

Marco Antonio Carvalho Natalino
Alexandro Rodrigues Pinto

Diagramação

Tarcísio Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi